

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO CÓD. UASG 791010- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023**  
(Processo Administrativo nº 63512.000440/2023-10)

Ao

Ilustre Sr (a) Pregoeiro (a) e Sua Equipe de Apoio  
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM NITERÓI

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

(Processo Administrativo nº 63512.000440/2023-10)

**BIANCA MATTOS DE OLIVEIRA**, microempreendedor individual, inscrita no CNPJ sob nº 48.758.151/0001-30, com sede na Avenida Padre Guilherme Decaminada, nº 455, bloco 08, apto 301, Bairro Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 23575-000, vem, respeitosamente, apresentar contrarrazões ao recurso interposto pela empresa VULPIX EMPREENDIMENTOS LTDA , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 29.774.797/0001-66, com sede na Av. Doutor Diógenes Silva nº450 , Trem , CEP 68901-090, Macapá-AP, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

**I – DA TEMPESTIVIDADE:**

Inicialmente, destaca-se a tempestividade da presente peça de contrarrazões, uma vez que o prazo final para a sua apresentação é o dia 16/10/2023.

**II – DA BREVE SÍNTESE DOS FATOS:**

Trata-se de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023  
(Processo Administrativo nº 63512.000440/2023-10) que busca a contratação de diversos itens, dentre eles: (item 14 HIPOCLORITO DE SÓDIO 12%).

Após a regular tramitação do procedimento licitatório, o i. pregoeiro declarou a empresa Microempreendedor Individual 48.758.151 BIANCA MATTOS DE OLIVEIRA vencedora para o item 14.

Irresignada, a empresa VULPIX EMPREENDIMENTOS LTDA interpôs recurso, alegando, em síntese: (i) inviabilidade de MEI participar de licitações com valor acima de 81 mil reais, (ii) ausência de apresentação de documentação constante no edital, (iii) a ausência de comprovação de envio da AFE por parte da empresa recorrida.

Eis a breve síntese dos fatos.

### **III – DO ACERTO DA R. DECISÃO RECORRIDA**

#### **DA NECESSIDADE DE DESPROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO**

##### **III.1. Do acerto no credenciamento da empresa MEI como participante do presente processo licitatório**

Aduz a recorrente que houve equívoco no credenciamento da empresa **BIANCA MATTOS DE OLIVEIRA**, microempreendedor individual, no presente procedimento licitatório, sob o fundamento de que o valor global da presente licitação é de R\$3.772.358,86 e que não é facultada a participação de empresas desse porte em licitações de valor superior a R\$ 81.000,00.

Ocorre que, ao contrário do que argumenta o recorrente, **há expressa e clara autorização editalícia (item 4.1.1)** para a participação de microempresa e empresas de pequeno porte para itens específicos do edital, dentre eles, **o item 14**. Vejamos:

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**4.1.** Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º, da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

**4.1.1. Para os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

Frise-se, inclusive, que há exclusividade na participação de empresas desta categoria – empresas de pequeno porte e microempresas - na contratação dos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16

Assim sendo, já por esse motivo, não merece prosperar a pretensão recursal, uma vez que a empresa **BIANCA MATTOS DE OLIVEIRA**, microempreendedor individual, inscrita no CNPJ sob nº 48.758.151/0001-30 é **autorizada, por expressa autorização legal e editalícia**, de participar da licitação, no que tange ao item 14, na medida em que o valor do referido item é de R\$ 55.394,46, inferior, portanto, ao valor de R\$ 81.000,00.

Pairam dúvidas, inclusive, sobre o interesse recursal da recorrente na interposição do recurso ora contrarrazoado, na medida em que, da análise do seu CNPJ junto à Receita Federal, verifica-se o seu vasto objeto social que não deve se amoldar ao perfil de microempresas ou empresas de pequeno porte.

### **III.2. Da apresentação da documentação constante no edital**

Em segundo lugar, argumenta o recorrente que não houve a apresentação de toda a documentação exigida no edital pela empresa recorrida.

Contudo, os argumentos utilizados se dão de forma genérica, sem especificação **precisa** dos documentos que estariam pendentes.

Ao contrário do argumentado, é certo que toda a documentação exigida pelo edital foi devidamente apresentada pela empresa vencedora, consoante análise detida do i. pregoeiro, em observância aos princípios norteadores da Administração Pública.

### **III.3. Da comprovação de envio de isenção da AFE por parte da empresa recorrida**

Por fim, a recorrente aduz que não houve a apresentação da AFE por parte da empresa recorrida.

A Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da Anvisa que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16 / 2014.

Da análise da regulamentação legal da Agência Reguladora, resta evidente a **desnecessidade da Autorização de Funcionamento (AFE)** para empresas varejistas, como é o caso da empresa vencedora (e, inclusive, conforme atesta seu cadastro junto à Receita Federal), conforme disponibilizado no sítio eletrônico da Anvisa (itens 4 e 5, perguntas <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/administrativo/autorizacao-de-funcionamento-afe-ou-ae/autorizacao-de-funcionamento-afe-ou-ae>).

Assim sendo, por não haver qualquer violação aos dispositivos legais e/ou editais, não merece reforma a r. decisão recorrida, que acertadamente declarou vencedora a empresa Bianca Mattos de Oliveira no item 14, do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023 (Processo Administrativo nº 63512.000440/2023-10).